

Crescimento e privatização

No momento em que o governo busca conferir maior clareza à estratégia de crescimento, é interessante procurar analisar o espaço que a iniciativa privada pode e deve ocupar neste processo. Note-se, ademais, que tal assunto transcende as fronteiras nacionais, constituindo-se em objeto de preocupação por parte de nossos credores externos igualmente.

Com efeito, desde a divulgação das linhas básicas do chamado Plano Baker, o problema da privatização em economias em desenvolvimento passou a ganhar contornos mais nítidos, pelo menos para algumas instituições internacionais, que podem prover recursos para acelerar o ajustamento dos mais endividados. Mesmo assim, o assunto ainda não ganhou a relevância que teoricamente merece e precisa ser mais amplamente examinado. Um recente pronunciamento do presidente do Banco Mundial fornece algumas indicações interessantes a este respeito.

Segundo A.W.Clausen, a reiterada defesa de uma participação mais expressiva do setor privado nessas economias baseia-se numa constatação histórica: cerca de 75% do Produto Nacional Bruto dos países em desenvolvimento é gerado pela iniciativa privada. Além disso, tem sido possível atestar que o crescimento econômico é mais rápido nas nações onde o Estado menos interfere. Nesse sentido, a privatização não deriva de uma postura meramente ideológica, mas do reconhecimento de que logra-se maior eficiência no alcance das metas desejadas. Parece correto supor, então, que nos momentos mais delicados (recessão e recuperação), cabe maior espaço ao setor privado.

Isso não passa, como poder-se-ia pensar à primeira vista, pelo menosprezo puro e simples das funções que o Estado deve desempenhar. Ao contrário, o que se busca é delimitar claramente seu campo de atuação, senão ele passa a concorrer nos diversos mercados. No que se refere ao de crédito, por exemplo, o presidente do Banco Mundial lembrou que a captação açambarcada pelo governo tem induzido a taxas desapontadoras de crescimento econômico.

Um ponto que ganha destaque nessa discussão, mormente no caso do Brasil, é que a presença maciça do Estado dificulta o ingresso de capitais estrangeiros que poderiam ser extremamente úteis no financiamento da recuperação. Com efeito, a permanência de um déficit público elevado cria uma série de artificialismos, que bloqueiam o funcionamento dos mercados, contrariamente ao que ocorre nos países industrializados. Paralelamente a isto, agrega-se a manutenção das diversas formas de intervenção, como controles, cotas, etc, impedindo o desempenho das empresas privadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras. Isso tem feito com que o ingresso dos recursos externos tenha sido submetido essencialmente aos designios do setor público (vale lembrar que 70% do endividamento externo brasileiro é de responsabilidade do governo, outro expressivo indicador da estatização da economia).

O setor governamental tem condições de suportar fases de austeridade de financiamento de modo menos indolor do que as empresas privadas, cuja presença em mercados concorrenciais não deveria depender tão fortemente de injunções oficiais. Uma das formas de contornar as restrições impostas pelo governo é, como no caso argentino, deslocar capitais para outros países, o que acaba sendo catastrófico para a economia. Nesse sentido, a ênfase das políticas econômicas poderia buscar maior equilíbrio na alocação de recursos externos, hoje escassos, e no que se refere à distribuição interna do crédito, entre setor público e setor privado.

Como se pode notar, a questão da privatização interessa tanto aos devedores quanto aos credores. Para os primeiros, ela talvez devesse funcionar como a linha mestra de orientação dos programas de ajustamento, ainda que isso passe por articulações políticas intrincadas. Para os credores, ela representa a garantia de que mercados potenciais são dotados de níveis de risco aceitáveis, desde que tais riscos emanem basicamente do mercado, não do governo.